
Advogado de brasileira na Suíça diz que confissão é inválida

O advogado de Paula Oliveira, brasileira que disse ter sido agredida por neonazistas na Suíça, afirmou nesta quarta-feira (25/2) que a confissão feita por sua cliente à Polícia no dia 13 de fevereiro, quando admitiu ter feito os ferimentos em seu corpo, não pode ser usada como prova no inquérito aberto contra ela. As informações são da *Agência Brasil*.

Na última terça-feira (17/2), a Promotoria Pública de Justiça de Zurique indiciou a brasileira por falso testemunho e proibiu que ela saia do país. De acordo com um comunicado divulgado pelo órgão, Paula é “suspeita de induzir as autoridades ao erro”.

“Os depoimentos de Paula foram todos protocolados, mas nosso Código Penal prevê que apenas um depoimento perante o promotor de Justiça, com a presença de um advogado, tem a validade de uma prova. E ainda não houve depoimento à Promotoria”, afirmou Roger Müller.

Segundo o advogado, Paula ainda mantém a primeira versão que apresentou à Polícia, ou seja, de que foi atacada por três neonazistas responsáveis pelos cortes em seu corpo e pelo aborto dos gêmeos dos quais estaria grávida.

“É claro que a nossa defesa tem de tomar como base que o que ela falou é verdade”, disse Müller. Porém, quando questionado se as afirmações de Paula vão funcionar como base da estratégia de defesa, o advogado disse que não poderia dar mais detalhes, alegando “sigilo profissional”.

Paula deve ser interrogada pelo Ministério Público ainda esta semana. Segundo o advogado, ela está se recuperando dos ferimentos, mas “ainda está com feridas na alma, já que está muito abalada psicologicamente”.

Na opinião de Müller, o processo contra a brasileira deve durar alguns meses. O advogado voltou a descartar a possibilidade de Paula ser condenada à prisão, caso seja condenada por algum crime. Ele preferiu não dizer se Paula deseja voltar ao Brasil após o incidente.

“No pior dos casos, ela receberia uma pena pecuniária, ou seja, passaria por um período probatório de dois anos e se ela não cometer nenhum crime durante este tempo, ela seria perdoada”, afirmou Müller, acrescentando que ela poderia permanecer na Suíça neste caso.

Com informações da Agência Brasil.

Date Created

25/02/2009